



UMA PEDAGOGIA DO CORPO SAUDÁVEL: EDUCAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO COLÉGIO MARIA DULCE BARBOSA EM QUEIMADAS-PB

Ana Cláudia Feliciano da Silva (1)

Hercília Maria de Andrade Souza (2)

Universidade Federal de Campina Grande-UFPG

E-mail: anaclaudinhak@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande-UFPG

E-mail: Hercilia-andrade@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade propor uma discussão acerca da educação do corpo no período da ditadura militar, tendo por base a educação e práticas educativas empreendidas no Colégio Maria Dulce Barbosa, Queimadas-PB, nos anos de 1960. Nesse sentido, nos ancoramos teórica e metodologicamente nos diálogos de autores como Ângela de Castro Gomes (2014); Jorge Ferreira (2014); Guacira Lopes Louro (2000); Michel de Certeau (1980); entre outros. Assim, este estudo objetiva discutir brevemente aspectos sociais e culturais da ditadura militar, fundamentando a importância da escola que através da educação do corpo, obteve nesse contexto do regime militar o intuito de estabelecer um corpo saudável e educado, almejando criar efeitos disciplinadores e fazer desses corpos parte dessa nação, ou seja, um corpo sadio implicaria em uma pátria sadia e assim produtiva.

Palavras-chave: Educação, Corpo, Ditadura militar.

INTRODUÇÃO

O domínio e a consciência de seu corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo. (FOUCAULT, 2015, p.146).

Os indivíduos ao longo do tempo tornam-se conscientes de seus corpos na medida em que há um investimento disciplinar sobre eles, desta forma, mediante todo um arcabouço de indagações, buscamos na maioria das vezes, quando o poder é exercido sobre o nosso corpo formas de resposta, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições e os investimentos disciplinares feitos sobre nossos corpos.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Nessa perspectiva, o corpo se configura enquanto provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, assim como suas leis, códigos morais, representações e discursos que sobre ele produz e reproduz.

Nesse sentido, observar as práticas que circundaram o contexto da ditadura militar e a busca por um corpo saudável e educado para a sociedade, é perpassar pela educação empreendida nas escolas que objetivavam uma educação corporal, ditando regras, condutas morais e cívicas que os discentes deveriam absorver na escola e praticar também socialmente. Por sua vez, era visualizada uma educação moral associada a atividades físicas, nas quais tentavam consolidar comportamentos sociais mais harmônicos e sintonizados com o meio, esses projetos direcionavam-se a jovens estudantes com o intuito a constituição de um ideário nacionalista e a manifestação do sentimento de amor à pátria.

Dessa maneira, este estudo está dividido em três momentos, onde o primeiro se delimita em traçar um breve histórico do contexto da ditadura militar em seus aspectos sociais e culturais, no segundo momento buscou-se navegar pelo entendimento da educação do corpo saudável e educado nesse período ditatorial, tendo o terceiro momento com a finalidade de construir uma discussão da educação e das práticas educativas no Colégio Maria Dulce Barbosa nos anos de 1960, observando a educação corporal empreendida tornando-a assim a escola modelo do município na época.

1-ANOS DE CHUMBO: O CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL DA DITADURA MILITAR

Os anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964 foram anos de grande efervescência política e cultural. Os políticos Jânio Quadros e João Goulart, normalmente foram vistos como responsáveis pela crise política que levou ao golpe e, ao longo do tempo foi reproduzida nas memórias das várias produções didáticas certa visão teleológica da história na tentativa de se explicar o Golpe de 1964. A partir do fim já conhecido historiograficamente, as ações de personalidades como Jânio Quadros e João Goulart são vistas como algumas das importantes causas que levaram à ocorrência do fato, o Golpe. Contudo, contra tal postura podemos perceber que não foi necessariamente dessa maneira,



nessa perspectiva a visão dos autores Ângela de castro Gomes e Jorge Ferreira inferem que

Os historiadores nunca podem ser teleológicos. Como seu ofício é compreender o passado – ainda que em um passado recente, em que muitas das testemunhas, diretas ou indiretas, estão vivas –, o futuro para eles é conhecido. Algo instigante, até sedutor, mas pode ser também perigoso. A tentação é supor que o que aconteceu teria que ter acontecido. Uma postura que tem como premissa, absolutamente falsa, que os protagonistas da ação, no momento em que ela está ocorrendo, não têm dúvidas, não têm escolhas. Ou seja, que para eles só “um” futuro é possível e está à sua frente. Mais uma vez, o golpe civil e militar de 1964 é exemplar. Como vimos, ele não incluía, necessariamente, um projeto de ditadura, menos ainda tão longa e feroz. Seu objetivo era retirar João Goulart do poder. (FERRREIRA; GOMES, 2014, P.380).

Nesse sentido, a partir de tal perspectiva historiográfica a compreensão do Golpe que derrubou João Goulart se pautaria numa visão mais crítica, salientando e considerando as dificuldades enfrentadas pelo político, a exemplo dos problemas econômicos e a falta de maioria no Congresso Nacional. Desta forma, essa ponderação se configura enquanto pertinente, pois no senso comum muitas vezes há um comportamento de julgar as ações dos personagens históricos a partir do fim já conhecido.

Ora, as ações dos sujeitos devem ser entendidas dentro dos contextos políticos nos quais elas foram realizadas, sendo estes, elementos que não deve ser ignorados pelo historiador. Ou seja, muitos são os fatores a serem levados em conta quando da análise dos processos históricos, e o historiador não deve cair nas armadilhas de modelos teleológicos rigidamente organizados em causas e efeitos.

Tendo o “Golpe se articulado de maneira dispersa e desarticulada, pois não havia desde o início um plano elaborado perfeitamente!” (FERREIRA;GOMES, 2014, p.337). João Goulart não ficou sem reação, pois chegou a tentar uma articulação com alguns militares e a acionar algumas tropas. Todavia, o conjunto da oficialidade das três Forças Armadas recebeu o apoio de amplos setores sociais, de empresários às classes médias, para derrubar João Goulart do poder, enquanto a atuação dos poderes Legislativo e Judiciário se deu no sentido de legitimar o Golpe. O resultado de todos esses episódios foi a saída de Goulart da presidência da república.

Sendo assim, o Regime Militar se instaura no Brasil a partir de 1964 quando, através de um golpe imposto pelas forças conservadoras, os militares assumem o controle do país, derrubando do poder o então Presidente João Goulart, tendo seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional em 10 de abril daquele ano, por



um período de 10 anos. A partir daí, uma fase de turbulências e repressões assolava o país. As forças militares tinham como objetivo, promover uma “limpeza” na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o período ditatorial impera no Brasil durante 21 anos, onde se revezaram no poder cinco generais.

A ditadura militar foi construída a partir dos atos institucionais (AI), aos quais foram determinados pelo poder executivo, presente e atuante. De 1964 a 1968 os cinco atos institucionais ditaram regras e legitimaram os interesses militares. Nesse processo, diante de um quadro totalmente de exclusão social, o Estado promoveu políticas sociais, visando amenizar os desequilíbrios existentes e gerados pela concentração de renda, instituindo por sua vez os governos militares, políticas sociais na área habitacional, na área da saúde e na área educacional. Contudo, o regime militar, prevalecendo as políticas voltadas ao setor privado acabou agravando as desigualdades geradas no processo cumulativo.

Os anos de 1960 tido como o momento da história republicana mais frisada pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade. Nesse momento iniciara a escritura de um dos principais capítulos da história da cultura brasileira, numa época de busca da brasilidade e estreita vinculação entre arte e política, que marcou um florescimento cultural nas veias nacionais deixando profundas marcas na historiografia.

Depois do golpe de 1964, a veia artística permanecia viva através do teatro, cinema e literatura, se constituíam como baluartes da resistência cultural. A maioria de seus integrantes militavam em organizações de esquerda ou eram simpatizantes, sendo assim suas obras procuravam refletir sobre a conjuntura nacional vigente, em defesa de uma arte nacional-popular, que colaborasse para a desalienação das consciências. Com a instauração da ditadura militar no Brasil, os artistas não tardaram a organizar protestos contra a mesma em seus espetáculos. Desta forma, o autor Marcelo Ridenti aponta que

Esse período testemunharia uma superpolitização da cultura, indissociável do fechamento dos canais de representação política, de modo que muitos buscavam participar da política inserindo-se em manifestações artísticas. Nesse período, como testemunha Carlos Nelson Coutinho, “a esquerda era forte na cultura e em mais nada. É uma coisa muito estranha. Os sindicatos reprimidos, a imprensa operária completamente ausente. E onde a esquerda era forte? Na cultura”. (RIDENTI, 2003, p. 143).

Com isso, estimulavam-se outras iniciativas artísticas na resistência à ditadura, um deles foi o tropicalismo, onde um grupo de



intelectuais, dentre eles, cineastas, jornalistas, compositores, poetas e artistas plásticos se reuniram e resolveram lançar esse movimento, que segundo Caetano Veloso em “Verdade Tropical”, além de “ressaltar na Tropicália sua prática da convivência na diversidade, uma palavra-chave para entender o tropicalismo seria sincretismo” (VELOSO, 1997, p.281). Assim, o tropicalismo passava a articular elementos modernos e arcaicos, embora variasse as interpretações sobre o significado estético e político dessa associação.

No entanto, no final da década de 1960 o regime militar baixara o Ato institucional nº 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”, era intensificada a repressão e com isso, os setores militares mais direitistas oficializavam o terrorismo de Estado, foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais e outros opositores, incluindo artistas. Era a época do slogan oficial “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Contudo, a partir dos anos de 1970, com a derrota das esquerdas brasileiras pela ditadura era ocorrido um rearranjo pragmático dos artistas que iam deixando de ser revolucionários para encontrar seu lugar dentro de uma nova ordem estabelecida. Por sua vez, a atuação cultural do regime civil-militar também implicou a modernização conservadora da educação, onde era nas universidades em que a ditadura encontrava um dos principais focos da resistência.

Desta maneira, a sociedade brasileira foi ganhando nova feição e a intelectualidade que combatia a ditadura aos poucos se adaptava à nova ordem, que criava até mesmo um nicho para produtos culturais críticos, censurando seletivamente alguns deles. Posteriormente, já nos anos de 1980, ressurgia o pluripartidarismo e cada vez mais a necessidade de renovar os parâmetros da esquerda, em busca da revalorização da democracia, da individualidade e liberdades civis, desta forma, no lugar do intelectual indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista presente nos anos de 1960, passava a predominar o intelectual profissional competente e competitivo no mercado das ideias, centrado na carreira e no próprio bem-estar individual.

2-SÍMBOLOS, MARCAS E GESTOS: A EDUCAÇÃO DO CORPO NA DITADURA MILITAR

A escrita da História passa por várias mudanças no seu fazer teórico, metodológico e narrativo. Desta forma, empreender discussões acerca



da história do corpo é considerar a possibilidade de navegar por horizontes até então excluídos, alargando assim um campo de possibilidades inusitado. Os estudos culturais possibilitaram olhar o corpo de forma a desnaturalizá-lo, ou seja, de forma a questionar saberes considerados pela teorização tradicional como verdadeiros ou por vezes, únicos.

Sendo o corpo uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços e conjunturas sociais, não são as semelhanças biológicas que o definem mas, fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem. Como também o corpo passa a ser construído pela linguagem como aponta a autora Silvana Goellner,

A linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades, instruir, por exemplo, o que é considerado um corpo belo, jovem e saudável.(GOELLNER, 2013, p.31).

Com isso, a autora vem demonstrar como a linguagem passa a agir diante das relações e construções corporais, contudo, devemos ter em vista que representações como estas não são universais nem mesmo fixas, sendo então temporárias à medida que variam conforme o tempo/espaço onde este corpo circula, vive, expressa-se, produz e é produzido.

Nesse sentido, e sob a perspectiva do autor Michel de Certeau, podemos entender o espaço como a prática do lugar, ou seja, como os sujeitos o transformam a partir das suas ocupações, apropriações e vivências. Os sujeitos, em seus itinerários cotidianos, simbolizam o lugar a partir das interferências, tanto corporais quanto cognitivas, nessas configurações físicas. Ele ainda acrescenta que

são os passos que moldam os lugares e os transformam em espaços, que inserem e inscrevem nestes camadas simbólicas que se sobrepõem e criam uma extensa rede de significados que, compartilhados simbolicamente através da comunicação, modificam os usos que os sujeitos fazem dos mesmos. (CERTEAU, 1998, p. 176).

Desta maneira, é perceptível como diferentes marcas se incorporam ao corpo a partir de distintos processos simbólicos, o corpo ele passa a ser provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante ao desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, como também a partir de suas leis, seus códigos morais, as representações que criam sobre os corpos e os discursos que sobre ele produz e reproduz.

Logo, se o corpo é um constructo social, cultural e histórico também o são todas as práticas que o produzem. Desta maneira, com o passar do tempo e suas novas tecnologias a uma valorização do corpo, visando torná-lo útil e



produtivo, assim, ele se configura enquanto uma máquina produtora de energia. É aquele corpo que não pode nem desperdiçar forças, nem exercitar-se além do desejado, ou seja, o corpo produtivo. Sendo assim, uma vez canalizada essa energia produzida para o trabalho, expandiria o trabalho e fortaleceria os indivíduos culminando conseqüentemente na melhoria de sua saúde e bem-estar.

A partir disso, entra em cena a educação do gesto e, portanto do corpo que foi incentivada e incorporada em muitos programas oficiais de ensino de diferentes países, inclusive no Brasil, evidenciado no período da ditadura militar. Assim, o corpo a ser produzido a partir dessas concepções exigia alteração imediata nos hábitos cotidianos dos indivíduos no que se relacionava aos cuidados de si, requisitando também uma educação específica, capaz de potenciá-lo. De acordo com a autora Guacira Lopes Louro, inscrevemos nos corpos marcas de identidade e de diferenciação, assim, “aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam” (LOURO, 2000, p.11).

Nesse sentido, a educação dos indivíduos no período ditatorial era impulsionada pela educação do gesto, que se concretiza através da exercitação corporal, incorporando-se ao cotidiano de homens e mulheres, colocando em ação um minucioso controle sobre o corpo, seus movimentos, atitudes, sentimentos e comportamentos. Nesse contexto, a escola passa a ser observada como um espaço privilegiado para atuar tanto na instrução de crianças e jovens como ainda na interiorização de hábitos, condutas e valores que pudessem dar suporte à sociedade em construção. Nessa perspectiva, a autora Silvana Goellner infere que

a escola deve ser capaz de preparar os indivíduos moral e fisicamente tendo por base educação do corpo, isto é, uma educação suficientemente eficiente na produção de corpos capazes de expressar e exhibir os signos, as normas e as marcas corporais da sociedade vigente. O corpo retilíneo, vigoroso, elegante, delicado e comedido nos gestos. (GOELLNER, 2013, p.39).

Deste modo, a esses processos educativos se incorporam diferentes marcas pedagogizantes presentes na escola, haja vista as várias formas de controle e disciplina dos corpos que circulam nesse espaço para que assim reflitam na sociedade. Assim, uma das formas mais evidentes na formação corporal presente na escola nesse período em que impera as relações do militarismo, eram as atividades físicas, dentre elas a ginástica, que compreendia diferentes práticas corporais, estava voltada assim, para a formação do caráter, para a potencialização da energia individual, para a aquisição da força, resistência, agilidade,



enfim, para a formação de um sujeito saudável com uma postura firme e disciplinada.

Assim, a crença desmedida no progresso, no desenvolvimento e controle social dos corpos, redefiniram algumas condutas em relação à educação do corpo visando a economia do gesto e o uso adequado do tempo evitando por sua vez o desperdício e a ociosidade da mente, evitando assim constrangimentos e levantes revolucionários contra a ordem vigente, o regime militar.

Com isso, foi viabilizado então uma espécie de “pedagogia moral e do corpo” durante a ditadura militar brasileira direcionado principalmente pela reestruturação do ensino, reformas, programas e projetos educacionais em fins dos anos de 1960 e durante a década de 1970. Além de outros modos, que seriam os manuais de educação moral e cívica e pela prática de atividades físicas e esportivas nas instituições de ensino. Tais projetos direcionavam-se a jovens estudantes objetivando a constituição de um ideário nacionalista e a manifestação do sentimento de amor à pátria.

Portanto, uma educação moral associada também a atividades físicas, e voltadas a lazeres ativos, tentavam consolidar comportamentos sociais mais harmônicos e sintonizados com o meio. A higiene moral e do corpo significava também a saúde social e do país, assim, a pedagogia moral era uma pedagogia do corpo. O objetivo então seria o de criar efeitos disciplinadores e fazer desses corpos parte dessa nação, ou seja, um corpo sadio implicaria em uma pátria sadia e assim produtiva.

3-EDUCAÇÃO, PRÁTICAS EDUCATIVAS E DITADURA MILITAR: A DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS NO COLÉGIO MARIA DULCE BARBOSA

O Colégio Maria Dulce Barbosa foi fundado em 1965, na cidade de Queimadas-PB, com a denominação de Ginásio Comercial Municipal de Queimadas, sendo que em 1966, foi alterado a sua denominação para nomenclatura de Ginásio Comercial Maria Dulce Barbosa, conforme consta do termo de opção encaminhado à Diretoria de Ensino Comercial da época. Sendo autorizado e previsto pelo art. Nº 110, de Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Desta forma, trata-se de um estabelecimento de ensino médio, pioneiro no município e a sua instalação veio atender aos reclamos da comunidade.

Contudo, passando posteriormente a ser entidade privada, e assumindo o nome de Colégio Maria Dulce Barbosa, já que sua mantenedora



a qual carrega o seu nome se retirava do cargo de prefeita do município e transferia a qualidade de entidade pública do Ginásio assistida pela prefeitura para privada agora dependente de suas artimanhas e articulações financeiras para manter o estabelecimento de ensino.

Desta maneira, aquele ginásio comercial consolida-se em um período onde as mudanças eram uma realidade e o controle intenso, o regime militar imperava e as instituições assim como o público deveriam caminhar conforme era ditado nessa época. Assim, no Brasil, a inserção da Educação Moral e Cívica (EMC), e da Organização Social e Política do Brasil (OSPB), como disciplinas obrigatórias e como prática educativa em todos os graus de ensino, serviram para consolidar comportamentos sociais sintonizados com o regime político em voga, atrelando a higiene moral e do corpo à saúde social e da Nação.

A palavra “higiene” nesse contexto passava a adquirir um significado voltado a construir um conjunto de dispositivos e de saberes que atuam no corpo. Por sua vez, o corpo a ser produzido a partir destas concepções exigia alterações imediata nos hábitos cotidianos no que se associava aos cuidados de si. Nessa perspectiva, a autora (GOELLNER, 2013, p.37) “em nome da saúde e do bem-estar do indivíduo, o corpo passou a ser alvo de diferentes métodos disciplinares, entendidos como um conjunto de saberes e poderes que investiram no corpo e nele se instauraram”.

Nesse sentido, a premissa básica era a disciplinarização, a normatização, o alto rendimento e a eficácia pedagógica. Tratava-se de instrumentos convenientes para disseminar o discurso do governo e assegurar uma pretensa harmonia social. Desta feita, a disciplina passa a exercer seu controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento. Para Foucault,

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram está conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. (FOUCAULT, 2015, p.181).

Logo, as práticas disciplinares implicam em um registro contínuo, onde o indivíduo passa a ser monitorado e todas as informações, acontecimentos e detalhes sejam percebidos e assim nenhum elemento disciplinar escape a esse saber. Desta feita, a escola se insere nessa perspectiva onde pratica o disciplinamento dos corpos a partir das suas normas e regras, para que assim possam ser refletidas socialmente. Com isso, nas instituições escolares os corpos eram ensinados, disciplinados, medidos, avaliados,



consentidos e coagidos, deixando assim marcas expressivas nos corpos dos indivíduos.

Assim, no município de Queimadas-PB, o Ginásio comercial Maria Dulce Barbosa, tinha uma importância atribuída a si de que era uma escola tida como “escola padrão”, permanecendo viva até os dias de hoje nas memórias daqueles que por lá transitaram, seu objetivo se firmava na produção de homens e mulheres “civilizados”, capazes de viver em coerência e adequação na sociedade. Logo, era almejada e requisitada pelas pessoas mais abastadas da cidade, sendo que para a inserção no estabelecimento de ensino os alunos eram submetidos a exames de admissão, contudo, o ginásio escolar também disponibilizava uma quantidade de bolsas de estudo para aqueles que não tivessem condições financeiras favoráveis.

Com isso, essa instituição de ensino localizada no interior da Paraíba e seguindo os padrões de escolas que eram modelos na cidade vizinha, Campina Grande e capital João Pessoa, e principalmente obedecendo à formação que era exigida à época, nos moldes da Ditadura militar, uma educação voltada para a formação do indivíduo saudável e patriota, utilizando-se de artimanhas e técnicas para “civilizar” o cidadão à medida que o capacitava para o trabalho. Desta forma, disciplinas como Educação Moral e Cívica, OSPB, Higiene e Alimentação, Educação e Saúde e Educação Física, dentre outras, eram efetuadas com o intuito de ensinar e projetar naqueles alunos certas normas e condutas que deveriam fazer parte do cotidiano deles no ambiente escolar e socialmente.

Nessa premissa, práticas como entoar o Hino Nacional antes de adentrar no interior da escola, cuidados com o uniforme, sempre limpo e disposto, com horários e regras internas, eram situações empreendidas e obrigatórias a todos, ou seja, manter um comportamento “adequado”, respeitoso e apropriado, naquele espaço impulsionaria essa conduta em qualquer outro lugar e momento. Assim, os corpos desses indivíduos devem, pois, apresentar marcas visíveis desse processo, marcas que, ao serem valorizadas por essa sociedade, tornam-se referência para todos. Logo, a autora Guacira Lopes Louro empreende que

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas. (LOURO, 2000, p. 17).

Desta maneira, são várias as artimanhas pelas quais a escola interage visualizando um resultado pretendido, dentre eles, o



autodisciplinamento, o investimento continuado e autônomo do sujeito sobre si mesmo. A instituição de ensino almejava um indivíduo controlado, capaz de evitar “explosões” ou manifestações impulsivas e arrebatadas, ou seja, a busca pelo corpo educado e saudável, e para isto o colégio Maria Dulce Barbosa lançou mão de todo um aparato disciplinar e classificatório, como fichas de condutas que atestavam os bons princípios dos alunos que pretendiam adentrar e estudar nela, elaborando com isso uma espécie de “triagem” entre os pretensos alunos, como também, fichas médicas individuais para os alunos, as quais faziam um esquadramento físico e moral do mesmo, classificando-os como “normais”, ou “anormais”, de temperamento calmo, ou descontrolado.

Ou ainda, de acordo com nossa pesquisa documental em andamento, elaborava um sistema de vigilância no qual os próprios alunos “deduravam” qualquer tipo de comportamento que fugisse às regras estabelecidas, por meio de bilhetinhos anônimos entregues à gestora escolar, que por sua vez possuía a fama de ser uma mulher muito rígida.

Desta forma, o indivíduo de “verdade” forjado e controlado em sua postura no ambiente escolar do colégio Maria Dulce Barbosa refletiria sua conduta na sociedade, nesse sentido, este sujeito deveria ser ponderado, provavelmente contido nas expressões de seus sentimentos, sendo por sua vez, previsto e seguido todo um quadro de normas e técnicas para reinventar esse ser social “adequado” para o convívio e bem-estar de todos dentro dos paradigmas que o regime ditatorial almejava para os cidadãos, ou seja, um corpo saudável, educado e normatizado, para assim, ser manipulado e usufruído aos comandos dos ditames desse período rigoroso e intimidador.

Portanto, dentro desse contexto, a escola passa a ser observada como um espaço privilegiado, capaz de preparar os indivíduos moral e fisicamente, na interiorização de hábitos e valores que pudessem oferecer suporte à essa sociedade que pretendia-se construir. Desta maneira, a educação do corpo, passa a integrar uma educação suficientemente eficaz na produção de sujeitos capazes de expressar e exhibir os signos, as normas e marcas corporais na/para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o corpo uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas, signos, em distintos períodos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais e étnicos. Desenvolver um estudo sobre o mesmo nos traz a



responsabilidade de enxergar como fundamental se constitui sua importância diante dos estudos históricos a partir de um viés social e cultural, empreendendo colocações produtivas e pertinentes para compreender um quadro de discussões que circunda meu projeto de pesquisa no mestrado.

Sendo assim, no processo desse estudo, optei por dividi-lo em três partes nas quais se interligam para obtermos um resultado satisfatório. Desse modo, no decorrer da produção nos lançamos a priori, a analisar o percurso histórico da ditadura militar, apresentando um breve histórico de como se sucedeu os fatos para o golpe, e de como os historiadores devem ter um olhar mais crítico para desmistificar determinadas posturas que foram tão enfatizadas ao longo do tempo. Como também, mostrar como foram impostas a sociedade comportamentos e posturas a partir dos AI (atos institucionais), e como o cenário das artes e assim seus artistas se comportaram e desenvolveram seus papéis de burlas e resistência aos ditames militares coercitivos e “disciplinares”.

No segundo momento de nossa pesquisa, seguindo as incursões propostas a educação do corpo no período da ditadura militar, podemos perceber que o corpo não é só um corpo, é também todo o seu entorno, a imagem que produz, os sentidos que nele se incorporam, os vestígios que nele se exibem e a educação dos seus gestos. Desta maneira, a educação corporal nesse contexto ditatorial era de fundamental importância para a disciplina e conduta controladas, tendo assim, o objetivo de criar efeitos disciplinadores e fazer desses corpos parte dessa nação, ou seja, um corpo sadio implicaria em uma pátria sadia e assim produtiva.

Já no terceiro momento, adentramos ao universo do Ginásio Comercial Maria Dulce Barbosa, localizado no município de Queimadas-PB, no qual nasce nos anos de chumbo, adequando-se as características que eram impressas às escolas para essa época, uma escola pioneira no município e que se destacaria na região por se igualar as escolas de cidades tidas como modelos de ensino na década de 1960. Com uma educação que visava o corpo educado e saudável de seus discentes muitos pais almejavam aquela instituição, objetivando uma formação adequada e de qualidade para seus filhos em uma sociedade que exigia determinadas normas e condutas.

Portanto, a escola vista enquanto protagonista para imprimir um modelo de indivíduo a ser seguido a partir de seus métodos e técnicas, se constitui enquanto um espaço singular onde esta atua na instrução de jovens que absorvam hábitos e valores e possam passar para a sociedade essa referência de sujeito ideal. Por sua vez,



a educação do corpo seria uma estratégia da escola para que seja a base de uma educação para se viver em sociedade a partir das marcas e o que o regime ditatorial enfatizava enquanto correto e adequado para uma nação sadia e patriota.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 3.ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: O corpo educado- pedagogias da sexualidade. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política**: os anos 1960-1970 e sua herança. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX/ org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. – (O Brasil republicano; v.4).

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A Produção Cultural do Corpo**. In: Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação/ Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner (Org.). 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013